



Governo do Estado do Ceará

Concurso Público

CARGO:
INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL DE
1.ª CLASSE

Caderno de Provas Objetivas

Leia com atenção as instruções abaixo.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira também o seu nome em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:
A um coração valente nada é impossível.
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Durante a realização das provas, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet — www.cespe.unb.br.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.



De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 16

1 Muitos acreditam que chegamos à velhice do Estado
nacional. Desde 1945, dizem, sua soberania foi ultrapassada
pelas redes transnacionais de poder, especialmente as do
4 capitalismo global e da cultura pós-moderna. Alguns
pós-modernistas levam mais longe a argumentação, afirmando
que isso põe em risco a certeza e a racionalidade da civilização
7 moderna, entre cujos esteios principais se insere a noção segura
e unidimensional de soberania política absoluta, inserida no
conceito de Estado nacional. No coração histórico da sociedade
10 moderna, a Comunidade Europeia (CE) supranacional parece
dar especial crédito à tese de que a soberania político-nacional
vem fragmentando-se. Ali, tem-se às vezes anunciado a morte
13 efetiva do Estado nacional, embora, para essa visão, uma
aposentadoria oportuna talvez fosse a metáfora mais adequada.
O cientista político Phillippe Schmitter argumentou que,
16 embora a situação europeia seja singular, seu progresso para
além do Estado nacional tem uma pertinência mais genérica,
pois “o contexto contemporâneo favorece sistematicamente a
19 transformação dos Estados em *confederatii*, *condominii* ou
federatii, numa variedade de contextos”.

É verdade que a CE vem desenvolvendo novas formas
22 políticas, que trazem à memória algumas formas mais antigas,
como lembra o latim usado por Schmitter. Estas nos obrigam
a rever nossas ideias do que devem ser os Estados
25 contemporâneos e suas inter-relações. De fato, nos últimos
25 anos, assistimos a reversões neoliberais e transnacionais de
alguns poderes de Estados nacionais. No entanto, alguns de
28 seus poderes continuam a crescer. Ao longo desse mesmo
período recente, os Estados regularam cada vez mais as esferas
privadas íntimas do ciclo de vida e da família. A
31 regulamentação estatal das relações entre homens e mulheres,
da violência familiar, do cuidado com os filhos, do aborto e de
hábitos pessoais que costumavam ser considerados particulares,
34 como o fumo, continua a crescer. A política estatal de proteção
ao consumidor e ao meio ambiente continua a proliferar. Tudo
indica que o enfraquecimento do Estado nacional da Europa
37 Ocidental é ligeiro, desigual e singular. Em partes do mundo
menos desenvolvido, alguns aspirantes a Estados nacionais
também estão fraquejando, mas por razões diferentes,
40 essencialmente “pré-modernas”. Na maior parte do mundo, os
Estados nacionais continuam a amadurecer ou, pelo menos,
estão tentando fazê-lo. A Europa não é o futuro do mundo. Os
43 Estados do mundo são numerosos e continuam variados, tanto
em suas estruturas atuais quanto em suas trajetórias.

Michael Mann. *Estados nacionais na Europa e noutros continentes: diversificar, desenvolver, não morrer*. In: Gopal Balakrishnan. *Um mapa da questão nacional*. Vera Ribeiro (Trad.). Rio de Janeiro: Contraponto, 2000, p. 311-4 (com adaptações).

Com relação às ideias do texto, julgue os itens de 1 a 5.

- 1 Verifica-se, desde o início do primeiro parágrafo, a estratégia retórica de defender o argumento de que o Estado nacional está obsoleto, de modo que o argumento contrário, exposto no segundo parágrafo, pareça mais consistente.
- 2 Segundo o cientista político Phillippe Schmitter, a expansão geral dos Estados nacionais no continente europeu deve-se a aspectos singulares das diversas economias europeias.

- 3 De acordo com o texto, os Estados nacionais, apesar de alguns reveses, têm ampliado poderes em diversas partes do mundo.
- 4 Deduz-se do texto que tanto as condições modernas de desenvolvimento da Europa quanto o subdesenvolvimento de alguns outros continentes são variáveis que podem afetar a soberania política absoluta de Estados nacionais.
- 5 O raciocínio que se desenvolve do trecho “Ao longo desse mesmo período recente, os Estados regularam cada vez mais as esferas privadas íntimas do ciclo de vida e da família” (ℓ.28-30) para o trecho “A regulamentação estatal das relações entre homens e mulheres, da violência familiar, do cuidado com os filhos, do aborto e de hábitos pessoais que costumavam ser considerados particulares, como o fumo, continua a crescer” (ℓ.30-34) parte de aspectos gerais para particulares.

Considerando as relações de sentido e as estruturas linguísticas do texto, julgue os seguintes itens.

- 6 No trecho “É verdade que a CE vem desenvolvendo novas formas políticas” (ℓ.21-22), o emprego da forma verbal singular “É” justifica-se pelo fato de essa forma verbal não ter sujeito explícito.
- 7 Os substantivos “velhice” (ℓ.1) e “tese” (ℓ.11) estão empregados no texto de forma indefinida e com sentido genérico.
- 8 Não haveria prejuízo para o sentido do texto se a forma verbal “dizem” (ℓ.2) fosse substituída por **dizemos**.
- 9 Na linha 3, a expressão “pelas redes transnacionais de poder” indica o agente da ação verbal de **ultrapassar**.
- 10 Na linha 6, “isso” refere-se ao fato de alguns dizerem que a soberania dos Estados nacionais, desde 1945, foi suplantada por redes transnacionais de poder.
- 11 Na linha 12, a locução verbal “vem fragmentando-se” expressa um processo que se desenvolve gradualmente no tempo.

Com relação aos mecanismos de coesão do texto, julgue os itens subsequentes.

- 12 Na linha 12, “Ali” tem como referente “sociedade moderna” (ℓ.9-10).
- 13 O conector “embora” (ℓ.16) introduz um conteúdo que, mesmo sendo contrário à proposição contida no trecho “seu progresso para além do Estado nacional tem uma pertinência mais genérica” (ℓ.16-17), não a invalida.
- 14 O conector “pois” (ℓ.18) introduz ideia de consequência no trecho em que ocorre.
- 15 O trecho “Ao longo desse mesmo período recente” (ℓ.28-29) retoma, por coesão, a expressão “nos últimos 25 anos” (ℓ.25-26), cuja referência temporal exata depende de informações extratextuais, tais como a data de publicação do texto.
- 16 No primeiro parágrafo, a ideia de “velhice do Estado nacional” (ℓ.1-2) é refutada pelas expressões “morte efetiva” (ℓ.12-13) e “aposentadoria oportuna” (ℓ.14).

Texto para os itens de 17 a 28

1 Em um momento em que os Estados-nação se dobram
diante das forças do mercado, os dirigentes políticos sonham
com estabilidade. Ora, as formas de governo utilizadas pelos
4 impérios fascina por sua resistência aos sobressaltos da
história, sua plasticidade e sua capacidade de unir populações
diferentes.

7 Por que nos interessar pela noção de império? Não
vivemos hoje em um mundo de Estados-nação? São eles, por
exemplo, que têm seus assentos na ONU, com suas bandeiras,
10 seus selos postais e suas instituições. No entanto, o estudo dos
impérios, antigos ou recentes, permite acessar as raízes do
mundo contemporâneo e aprofundar nossa compreensão das
13 modalidades de organização do poder político, ontem, hoje e
— por que não? — amanhã.

O conceito de Estado-nação baseia-se em uma ficção,
16 a da homogeneidade: um povo, um território, um governo. Os
impérios nascem da extensão do poder através do espaço e se
assentam na diversidade: eles governam de maneiras diferentes
19 povos diferentes, sob uma dupla tensão. Por um lado, a vontade
dos líderes políticos de estender seu controle territorial, em um
contexto em que os povos vivem realidades socioculturais
22 variadas, alimenta o expansionismo. Por outro, o fato de o
império absorver povos diferentes faz que alguns de seus
componentes desejem destacar-se do conjunto. Isso explica por
25 que os impérios perduram, racham, reconfiguram-se e caem.

Pensar o império não significa ressuscitá-lo dos
mundos passados. Trata-se de considerar a multiplicidade de
28 formas de exercício do poder sobre um dado espaço. Se
pudermos considerar a história como algo diferente da
inexorável transição da forma império para a forma
31 Estado-nação, talvez possamos apreender o futuro de um ponto
de vista mais vasto. E considerar outras formas de soberania
que respondam melhor a um mundo caracterizado ao mesmo
34 tempo pela desigualdade e pela diversidade.

Jane Burbank e Frederick Cooper. *De Roma a Constantinopla, pensar o império para entender o mundo*. In: *Le Monde Diplomatique*. Brasil, 2011, ano 5, n.º 53, p. 24-5 (com adaptações).

Com relação às ideias do texto, julgue os itens que se seguem.

- 17 De acordo com o texto, a relação que caracteriza o Estado-nação, baseada em povo, território e governo, fundamenta-se em pressupostos ilusórios acerca da realidade das nações.
- 18 Infere-se do texto que tanto a solidez quanto a fragilidade de impérios devem-se à sua administração do poder sobre grupos socioculturalmente diferentes.
- 19 Deduz-se do contraste que se estabelece, no texto, entre Estado-nação e império que este constitui a opção de organização política mais adequada para a superação da instabilidade desencadeada pelos problemas econômicos da contemporaneidade.

Em cada um dos itens a seguir, são apresentadas propostas de reescrita do trecho “No entanto, o estudo dos impérios, antigos ou recentes, permite acessar as raízes do mundo contemporâneo e aprofundar nossa compreensão das modalidades de organização do poder político” (l.10-13). Julgue-os com relação à correção gramatical.

- 20 Porém, estudando-se os impérios, antigos ou recentes, permite-se que seja acessado as raízes do mundo contemporâneo, e aprofundado, pela nossa compreensão, os modos como está organizado o poder político.
- 21 Entretanto, com o estudo dos impérios — de épocas antigas ou modernas —, podemos adentrar as raízes do mundo contemporâneo e compreender, com profundidade, como se organiza o poder político.
- 22 O estudo dos impérios, porém, sejam eles antigos, sejam recentes, permite chegarmos às raízes do mundo atual e tornarmos mais profunda nossa compreensão das formas de organização do poder político.
- 23 Contudo, estudar os impérios, antigos ou recentes, proporciona-nos o acesso às raízes do mundo contemporâneo e leva-nos à aprofundar a compreensão dos modos conforme aos quais organiza-se o poder político.

Com relação às estruturas linguísticas e à pontuação do texto, julgue os itens a seguir.

- 24 Na linha 33, caso se insira, antes de “caracterizado”, o segmento **que é**, será necessário, para a manutenção da correção gramatical e do sentido do período, o emprego de vírgula após “mundo”.
- 25 Na linha 2, pode-se substituir “diante das” por **perante as**, sem prejuízo para a correção gramatical ou para o sentido original do texto.
- 26 A vírgula após “Ora” (l.3) pode ser suprimida sem prejuízo para a correção gramatical e para o sentido original do texto.
- 27 Sem que haja prejuízo para o sentido original do texto, “Isso” (l.24) pode ser corretamente substituído por **o que**, desde que se substitua o ponto que antecede esse pronome por ponto e vírgula.
- 28 Com os devidos ajustes de maiúsculas e minúsculas, o ponto após “passados” (l.27) pode ser substituído por dois-pontos sem que haja prejuízo para a correção gramatical e o sentido original do texto.

Acerca da redação de documentos oficiais, julgue os próximos itens.

- 29 Nos documentos oficiais encaminhados por correio eletrônico, eficiente meio de comunicação, por seu baixo custo e celeridade, deve-se empregar o padrão culto da linguagem.
- 30 Segundo o **Manual de Redação da Presidência da República**, os expedientes oficiais têm como finalidade informar com clareza e objetividade. Para atender a essa finalidade, foi estabelecido um padrão oficial de linguagem, chamado de linguagem burocrática.
- 31 Em um memorando expedido no primeiro dia do mês de fevereiro do corrente ano, a forma correta de indicar a data seria “Em 1.º de fevereiro de 2012”.
- 32 As autoridades que devem ser tratadas por Vossa Excelência incluem os juízes, procuradores, reitores e ministros de Estado.
- 33 O aviso é documento emitido por ministro de Estado para destinatário de mesma hierarquia e segue o modelo do padrão ofício.

RASCUNHO

Cada um dos próximos itens apresenta um trecho de redação de correspondência oficial que deve ser julgado certo se atender os requisitos de impessoalidade, uso do padrão culto da linguagem, clareza, concisão, formalidade, uniformidade e normas da redação oficial, ou errado, em caso contrário.

34 Mem. (...)

[data]

(...)

Vimos por meio deste solicitar o concerto dos aparelhos de ar condicionado pois os mesmos encontram-se com problemas de funcionamento.

Cordiais saudações,

[nome do signatário]

[cargo do signatário]

35 (...) Com a presente argumentação, informamos a impossibilidade de atendimento ao pleito, nos termos da Nota Técnica n.º 66/2011/SRH, considerando o seu impacto negativo nos compromissos institucionais desta empresa.

O exercício da atividade policial exige preparo técnico adequado ao enfrentamento de situações de conflito e, ainda, conhecimento das leis vigentes, incluindo interpretação e forma de aplicação dessas leis nos casos concretos. Sabendo disso, considere como verdadeiras as proposições seguintes.

P1: Se se deixa dominar pela emoção ao tomar decisões, então o policial toma decisões ruins.

P2: Se não tem informações precisas ao tomar decisões, então o policial toma decisões ruins.

P3: Se está em situação de estresse e não teve treinamento adequado, o policial se deixa dominar pela emoção ao tomar decisões.

P4: Se teve treinamento adequado e se dedicou nos estudos, então o policial tem informações precisas ao tomar decisões.

Com base nessas proposições, julgue os itens a seguir.

36 A negação de P4 é logicamente equivalente à proposição “O policial teve treinamento adequado e se dedicou nos estudos, mas não tem informações precisas ao tomar decisões”.

37 A partir das proposições P2 e P4, é correto inferir que “O policial que tenha tido treinamento adequado e tenha se dedicado nos estudos não toma decisões ruins” é uma proposição verdadeira.

38 Da proposição P3 é correto concluir que também será verdadeira a proposição “O policial que tenha tido treinamento adequado não se deixa dominar pela emoção ao tomar decisões, mesmo estando em situações de estresse”.

39 Considerando que P1, P2, P3 e P4 sejam as premissas de um argumento cuja conclusão seja “Se o policial está em situação de estresse e não toma decisões ruins, então teve treinamento adequado”, é correto afirmar que esse argumento é válido.

40 A proposição formada pela conjunção de P1 e P2 é logicamente equivalente à proposição “Se se deixa dominar pela emoção ou não tem informações precisas ao tomar decisões, então o policial toma decisões ruins”.

41 Admitindo-se como verdadeiras as proposições “O policial teve treinamento adequado” e “O policial tem informações precisas ao tomar decisões”, então a proposição “O policial se dedicou nos estudos” será, necessariamente, verdadeira.

RASCUNHO

Estudo divulgado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) revela que, no Brasil, a desigualdade social está entre as maiores causas da violência entre jovens.

Um dos fatores que evidenciam a desigualdade social e expõem a população jovem à violência é a condição de extrema pobreza, que atinge 12,2% dos 34 milhões de jovens brasileiros, membros de famílias com renda *per capita* de até um quarto do salário mínimo, afirma a pesquisa.

Como a violência afeta mais os pobres, é usual fazer um raciocínio simplista de que a pobreza é a principal causadora da violência entre os jovens, mas isso não é verdade. O fato de ser pobre não significa que a pessoa será violenta. Existem inúmeros exemplos de atos violentos praticados por jovens de classe média.

Internet: <<http://amaivos.uol.com.br>> (com adaptações).

Tendo como referência o texto acima, julgue os itens seguintes.

- 42 Das proposições “Se há corrupção, aumenta-se a concentração de renda”, “Se aumenta a concentração de renda, acentuam-se as desigualdades sociais” e “Se se acentuam as desigualdades sociais, os níveis de violência crescem” é correto inferir que “Se há corrupção, os níveis de violência crescem”.
- 43 A negação da proposição “Se houver corrupção, os níveis de violência crescerão” é equivalente a “Se não houver corrupção, os níveis de violência não crescerão”.
- 44 Selecionando-se ao acaso dois jovens brasileiros, a probabilidade de ambos serem atingidos pela condição de extrema pobreza será inferior a 1,5%.
- 45 A negação da proposição “Toda pessoa pobre é violenta” é equivalente a “Existe alguma pessoa pobre que não é violenta”.
- 46 Se a proposição “João é pobre” for falsa e se a proposição “João pratica atos violentos” for verdadeira, então a proposição “João não é pobre, mas pratica atos violentos” será falsa.
- 47 Considerando que Jorge não seja pobre, mas pratique atos violentos, é correto afirmar que Jorge é um contraexemplo para a afirmação: “Todo indivíduo pobre pratica atos violentos”.

Dos 420 detentos de um presídio, verificou-se que 210 foram condenados por roubo, 140, por homicídio e 140, por outros crimes. Verificou-se, também, que alguns estavam presos por roubo e homicídio. Acerca dessa situação, julgue os itens seguintes.

- 48 A quantidade de maneiras distintas de se selecionarem dois detentos entre os condenados por outros crimes, que não roubo ou homicídio, para participarem de um programa destinado à ressocialização de detentos é inferior a 10.000.
- 49 Menos de 60 dos detentos estavam presos por terem sido condenados por roubo e homicídio.
- 50 Selecionando-se ao acaso dois detentos desse presídio, a probabilidade de que ambos tenham sido condenados por roubo ou ambos por homicídio será superior a $\frac{1}{6}$.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Julgue os itens que se seguem, acerca do direito constitucional, considerando a Constituição da República de 1988 (CF).

- 51 Em função do sistema de distribuição de competências legislativas criado pela CF, há nítida superioridade hierárquica das leis federais sobre as estaduais.
- 52 O Brasil adota a forma de governo, de acordo com o princípio republicano, em que o acesso aos cargos públicos em geral é franqueado àqueles que preencham as condições de capacidade previstas na CF ou em normas infraconstitucionais obedientes ao texto constitucional.
- 53 Em sua maioria, as disposições constitucionais são não autoaplicáveis, ou têm sua eficácia contida e(ou) limitada, porque a CF não se executa a si mesma, mas impõe ou requer a ação legislativa para tornar efetivos os seus preceitos. Contudo, todas as normas constitucionais são imperativas, de cumprimento obrigatório e vinculam o legislador ordinário.
- 54 Considere que uma manifestação pública realizada por determinado grupo religioso tenha atraído uma multidão hostil e que, quando a polícia foi chamada a intervir, o líder do grupo tenha chamado os policiais de fascistas, criando uma situação de perigo de pronta e violenta retaliação por parte dos policiais. Nessa situação, o líder do movimento está amparado pela garantia constitucional que assegura a liberdade de expressão.
- 55 Por serem simples descentralizações administrativas da União, os territórios não têm autonomia política, podendo ser criados por lei ordinária federal.

Tendo como referência a CF, julgue os itens seguintes.

- 56 A missão da defensoria pública restringe-se à defesa dos hipossuficientes em todos os graus de jurisdição.
- 57 Na defesa dos hipossuficientes, a defensoria pública tem legitimidade para ajuizar ação coletiva.
- 58 Assim como todos os demais órgãos jurisdicionais, também o Supremo Tribunal Federal (STF) está submetido às deliberações do Conselho Nacional de Justiça.
- 59 Ocorrendo a vacância dos cargos de presidente da República e de vice-presidente da República, nos dois primeiros anos do mandato, deverá haver eleição para ambos os cargos pelo Congresso Nacional, noventa dias depois de aberta a última vaga.

A respeito da organização administrativa da União, julgue os itens a seguir.

- 60 O surgimento de uma autarquia se consolida com o registro de seus estatutos em cartório.
- 61 A instituição de fundação pública deve ser autorizada por lei ordinária específica, ao passo que a definição de sua área de atuação deve ser feita por lei complementar.
- 62 O Ministério da Saúde é órgão da administração pública indireta.

No que se refere a agentes públicos, julgue os itens seguintes.

- 63 A remoção é uma forma de provimento.
- 64 O servidor público estável de autarquia federal que, mediante aprovação em novo concurso público, ocupe cargo em órgão do Poder Judiciário poderá optar, durante o estágio probatório no novo cargo, pelo retorno ao cargo anteriormente ocupado.
- 65 A exoneração de servidor público em consequência de incapacitação em estágio probatório não configura punição.

Com relação aos poderes e atos administrativos, julgue os itens subseqüentes.

- 66 O abuso do poder pela autoridade competente invalida o ato por ela praticado, devendo a invalidade ser reconhecida somente por controle judicial.
- 67 O ato de aplicação de penalidade administrativa deve ser sempre motivado.
- 68 A concessão de licenças de localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais, de alvarás e habite-se, entre outras atividades de polícia administrativa, compete aos estados e ao Distrito Federal.

Julgue os próximos itens, relativos a serviços públicos.

- 69 A promoção da proteção do patrimônio histórico-cultural local compete aos estados.
- 70 A titularidade dos serviços públicos é conferida expressamente ao poder público.

Acerca da responsabilidade civil do Estado, julgue os próximos itens.

- 71 As empresas públicas e as sociedades de economia mista que exploram atividade econômica respondem pelos danos que seus agentes causarem a terceiros conforme as mesmas regras aplicadas à demais pessoas jurídicas de direito privado.
- 72 A responsabilidade civil do Estado exige três requisitos para a sua configuração: ação atribuível ao Estado, dano causado a terceiros e nexo de causalidade.

Acerca de crime e sua tipicidade, julgue o item a seguir.

- 73 Considere que Lúcio, mediante o uso de faca do tipo peixeira, tenha estrangulado Maria a entregar-lhe o valor de R\$ 2,50, sob a justificativa de estar desempregado e necessitar do dinheiro para pagar o transporte coletivo. Nesse caso, segundo entendimento do STF quanto ao princípio da insignificância, Lúcio, se processado, deverá ser absolvido por atipicidade da conduta.

Julgue os itens que se seguem, relativos à aplicação da lei penal.

- 74 Se o presidente do STF, em viagem oficial à Itália, for agredido por manifestante contrário à sua presença naquele país, resultando-lhe ferimentos graves, a essa hipótese aplicar-se-á a lei penal brasileira de forma incondicionada, com base no princípio da universalidade, ou da justiça universal.
- 75 Aplica-se a *novatio legis in melius* aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado, sem que haja violação à regra constitucional da preservação da coisa julgada.

Em relação aos crimes contra a administração pública, julgue o item abaixo.

- 76 Praticará o crime de prevaricação a autoridade administrativa que, ao tomar conhecimento de irregularidades no serviço público, não proceder à sua apuração ou deixar de comunicá-la à autoridade que tiver competência para promover os atos apuratórios.

Julgue os próximos itens, referentes aos crimes contra a fé pública.

77 Se um indivíduo adquirir, gratuitamente, maquinismo para falsificar moedas e alcançar o seu intento, então, nesse caso, ele responderá pelo crime de moeda falsa em concurso com o delito de petrechos para falsificação de moeda.

78 Considere que, em uma batida policial, um indivíduo se atribua falsa identidade perante autoridade policial com o intento de ocultar seus maus antecedentes. Nessa situação, conforme recente decisão do STF, configurar-se-á crime de falsa identidade, sem ofensa ao princípio constitucional da autodefesa.

A respeito de crime patrimonial, julgue o item abaixo.

79 Se um indivíduo for processado por ter, volitivamente, tomado refeição em restaurante quando não dispunha de recursos para pagar o que consumiu, o juiz, conforme as circunstâncias do fato, não poderá reduzir a pena desse indivíduo, podendo, no entanto, conceder-lhe perdão judicial.

A respeito da ação penal e do Ministério Público (MP), julgue os itens a seguir.

80 Conforme o princípio da indisponibilidade, o MP não pode desistir de ação penal já instaurada, bem como de qualquer recurso por ele interposto.

81 Se, em audiência de instrução e julgamento, o ofendido se retratar perante o juiz quanto à representação de ação penal condicionada, então, nesse caso, considerando a inexistência de sentença, o magistrado poderá acolher o pedido da vítima e extinguir o processo.

Julgue os itens que se seguem, em relação ao *habeas corpus* e aos entendimentos do STF a esse respeito.

82 Não cabe *habeas corpus* nas hipóteses sujeitas à pena de multa, nos afastamentos dos cargos públicos por questões penais ou administrativas nem na preservação de direitos fundamentais que não a liberdade de locomoção de ir e vir, salvo manifesta teratologia a repercutir na liberdade de locomoção.

83 A ausência de justa causa tanto pode ser condição para sustentar o trancamento de ação penal como para promover a soltura do réu.

Julgue os próximos itens, relativos à prova no processo penal.

84 Considere que um policial militar cumpra mandado de busca e apreensão, a ele demandado emergencialmente, para investigação de crime. Nesse caso, mesmo considerando o caráter emergencial, a prova por ele apreendida será considerada ilícita, tendo em vista que a polícia militar, nos termos da CF, não detém competência para investigação, ressalvada a competência militar específica.

85 O exame pericial deverá ser realizado por dois peritos oficiais, conforme recente reforma do Código de Processo Penal (CPP).

86 Inquirido o presidente da República como testemunha, poderá ele optar pela prestação de depoimento por escrito, caso em que as perguntas, formuladas pelas partes e deferidas pelo juiz, lhes serão transmitidas por ofício.

Acerca da competência no processo penal, julgue os itens subsequentes.

87 Considere que um agente tenha sido surpreendido por inspetores civis, na cidade de Fortaleza – CE, com mercadorias que adentraram no Brasil, por meio de contrabando, pela cidade de Foz do Iguaçu – PR. Nesse caso, a competência da justiça federal será determinada pelo local de entrada dos produtos, e não pelo local da apreensão.

88 Considere que a agência dos Correios de determinado bairro de Fortaleza – CE, que funciona em prédio próprio da ECT, tenha sido assaltada por agentes armados, que roubaram a quantia de R\$ 500,00. Nesse caso, a competência para processar e julgar eventual ação penal será da justiça federal.

Acerca de prisões e medidas cautelares, julgue os itens seguintes.

89 A imediata comunicação da prisão de pessoa é obrigatória ao juiz competente, à família do preso ou à pessoa por ela indicada, mas não necessariamente ao MP, titular da ação penal.

90 As medidas cautelares previstas na recente reforma do CPP estão fundadas no binômio necessidade e adequação. Em que pese tais medidas poderem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, não poderá haver sua cumulação com a prisão preventiva.

Acerca da teoria geral dos direitos humanos e da dignidade da pessoa humana, julgue os itens a seguir.

91 A dignidade da pessoa humana é um fundamento da República Federativa do Brasil.

92 O direito internacional dos direitos humanos, fenômeno que antecedeu à Primeira Guerra Mundial, pode ser conceituado como uma construção consciente vocacionada a assegurar a dignidade humana.

A respeito da Declaração Universal de Direitos Humanos (DUDH), julgue os itens que se seguem.

93 Toda pessoa tem direito à liberdade de opinião e expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

94 Segundo a DUDH, ninguém poderá ser culpado por ação ou omissão que, no momento da sua prática, não constituía delito perante o direito nacional ou internacional.

95 Toda pessoa vítima de perseguição tem o direito de procurar e de gozar asilo em outros países, mesmo em caso de perseguição legitimamente motivada por crime de direito comum ou por ato contrário aos propósitos e princípios das Nações Unidas.

Julgue os próximos itens, relativos à Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial.

96 Serão consideradas discriminação racial as medidas especiais tomadas com o único objetivo de assegurar o progresso adequado de certos grupos raciais ou étnicos, ainda que tais medidas não conduzam, em consequência, à manutenção de direitos separados para diferentes grupos raciais.

97 Essa convenção aplica-se em âmbito universal à proteção aos direitos à igualdade, proibindo, entre outras, distinções, exclusões, restrições e preferências feitas por um Estado entre cidadãos e não cidadãos.

98 Discriminação racial é toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto ou resultado anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício em um mesmo plano (em igualdade de condição) de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública.

A respeito da Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, julgue os itens seguintes.

- 99 Nenhum país procederá à expulsão, devolução ou extradição de pessoa para outro Estado quando houver razões substanciais para crer que essa pessoa corre perigo de ali ser submetida a tortura.
- 100 Tortura é qualquer ato pelo qual dores ou sofrimentos agudos são infligidos à pessoa a fim de se obterem informações ou confissões, ainda que tais dores ou sofrimentos sejam consequências unicamente de sanções legítimas.

Acerca da Polícia Civil do Estado do Ceará (PC/CE), julgue os itens a seguir.

- 101 A concessão de licença para tratamento de saúde será precedida de inspeção médica oficial, podendo ser a pedido ou de ofício.
- 102 A ajuda de custo é a indenização devida ao servidor em razão de serviço fora do estado ou ao que for movimentado entre unidades policiais, incluindo aquelas sediadas na região metropolitana de Fortaleza.
- 103 A responsabilidade civil do policial civil cearense decorre de procedimento doloso ou culposos, que importe prejuízo à fazenda pública ou a terceiros. Nessa última hipótese, o policial responderá perante o Estado, em ação regressiva a ser proposta depois do trânsito em julgado da decisão que condenar a fazenda pública a indenizar o terceiro prejudicado.
- 104 Constitui transgressão disciplinar de segundo grau o policial civil manter relações de amizade com pessoas de notórios e desabonados antecedentes criminais ou policiais, desde que tais relações não tenham motivo relevante ou de serviço.
- 105 Somente o governador do estado poderá aplicar sanção disciplinar na hipótese de o policial praticar tortura ou crime hediondo.
- 106 A sindicância deverá preceder o processo administrativo disciplinar, constituindo peça fundamental e indispensável do processo, sob pena de nulidade.
- 107 O policial civil de carreira afastado preventivamente ficará à disposição da Superintendência da Polícia Civil, podendo ser designado para tarefas que não comprometam a medida preventiva de interesse da coletividade.
- 108 A PC/CE, que é composta por autoridades policiais civis e agentes da autoridade policial civil, é dirigida por delegado de polícia de carreira.
- 109 Considere que um policial da PC/CE deseje embarcar em determinado avião comercial, de Fortaleza – CE para São Paulo – SP, para passar férias com sua família. Considere, ainda, que esse voo já esteja completamente lotado. Nessa hipótese, o policial poderá invocar sua garantia de prioridade em serviço de transporte, tendo preferência no embarque em relação aos demais passageiros.
- 110 O regime jurídico estabelecido no Estatuto da PC/CE aplica-se ao policial que tem autorização de afastamento para tratar de assuntos particulares.

Acerca do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), julgue os itens subsequentes.

- 111 As ações do SISNAD limitam-se ao plano interno, ou seja, aos limites do território nacional, razão pela qual esse sistema não comporta a integração de estratégias internacionais de prevenção do uso indevido de drogas.
- 112 As instituições que atuam nas áreas de atenção à saúde e assistência social e que atendam usuários ou dependentes de drogas devem comunicar ao órgão competente do respectivo sistema municipal de saúde os casos atendidos e os óbitos ocorridos, preservando a identidade das pessoas.

Julgue os próximos itens, acerca das medidas para prevenção do uso indevido de drogas, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas.

- 113 O usuário e o dependente de drogas que, em razão da prática de infração penal, estiverem submetidos a medida de segurança terão garantidos os mesmos serviços de atenção à sua saúde que tinham antes do início do cumprimento de pena privativa de liberdade, independentemente da posição do respectivo sistema penitenciário.
- 114 As atividades de prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas a serem desenvolvidas pelo SISNAD incluem a adoção de estratégias preventivas diferenciadas e adequadas às especificidades socioculturais das diversas populações, como a internação compulsória.

A respeito das normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, julgue os itens subsequentes.

- 115 As plantações ilícitas deverão ser imediatamente destruídas pelas autoridades de polícia judiciária, que recolherão quantidade suficiente para exame pericial, de tudo lavrando auto de levantamento das condições encontradas, com a delimitação do local, asseguradas as medidas necessárias para a preservação da prova.
- 116 O inquérito policial instaurado para a apuração da prática de tráfico de drogas deverá ser concluído no prazo de trinta dias, se o indiciado estiver preso, e de noventa dias, quando solto, sendo certo que tais prazos poderão ser duplicados pelo juiz, ouvido o MP, mediante pedido justificado da autoridade de polícia judiciária.
- 117 No território nacional, é expressamente proibido produzir, extrair, fabricar, transformar, preparar, possuir, manter em depósito, importar, exportar, reexportar, remeter, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou adquirir, para qualquer fim, drogas ou matéria-prima destinada à sua preparação, não havendo previsão de licença pública para tal fim.
- 118 As glebas cultivadas com plantações ilícitas serão desapropriadas por interesse público, mediante indenização ao proprietário por meio de títulos da dívida pública resgatáveis apenas após a comprovação de que as plantações ilícitas foram eliminadas da propriedade.

Em relação aos crimes previstos na Lei de Drogas, julgue os itens que se seguem.

- 119 As penas cominadas ao delito de tráfico de drogas serão aumentadas de um sexto a dois terços se o agente tiver utilizado transporte público com grande aglomeração de pessoas para passar despercebido, sendo irrelevante se ofereceu ou tentou disponibilizar a substância entorpecente para os outros passageiros.
- 120 Ainda que seja ínfima a quantidade de droga apreendida, será inviável o reconhecimento da atipicidade material da conduta mediante a aplicação do princípio da insignificância.